

# BAKHTIN: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR A PARTIR DE RELAÇÕES DIALÓGICAS

<sup>1</sup>Malverique Necke

<sup>2</sup>Bergson R. S.

de Melo

## RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo dialogar a teoria bakhtiniana com outros autores e áreas distintas que discutem desde as abordagens sobre o discurso até as expectativas acerca das práticas identitárias. Na primeira parte são tomados os aportes bakhtinianos acerca do dialogismo, a polifonia, a enunciação e os gêneros do discurso. Na segunda parte são abordadas as mesmas perspectivas com as discussões acerca das identidades. Para tal, entram em tela desde outros leitores de Bakhtin, bem como sociólogos como Bauman e Giddens.

**Palavras-Chave:** Bakhtin, Dialogismo, Polifonia, Identidades.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das características específicas de nosso objeto de investigação é o fato de que a formação/constituição dos conceitos bakhtinianos são passíveis de diálogo com as mais diferentes áreas do conhecimento, afinal tratam-se de conceitos que emanam de uma perspectiva multi e pluridisciplinar acerca dos fenômenos da linguagem como realidade do mundo.

---

<sup>1</sup> Malverique Neckel é Mestre em Linguística pela UFSC e Doutor pela UNB.

<sup>2</sup> Mestre em Educação Matemática e Professor da EDUFOR.

Nesse sentido, há que se destacar que os discursos encontram-se também imbricados e organizados em torno de um processo que visa determinar um fazer-ser.

Todas as atividades humanas são mediadas pela linguagem e são, portanto, produzidas a partir de variadas posições discursivas e de vozes que constituem os modos do fazer-ser do homem, incidindo, desse modo, em sua produção identitária, fazendo surgir um processo de tensões que se estabelecem entre os principais parceiros discursivos.

Dessa forma, essas características inerentes ao nosso objeto de estudo apontam para a adequação/produtividade no uso das perspectivas de Bakhtin (1982;1986, 2003; 2004) acerca do discurso e das relações dialógicas como princípio fundante de uma abordagem teórica pela qual estabelecemos categorias de análise condizentes à nossa pesquisa.

Procuraremos desse modo, construir, refletir e refratar as vozes sociais e os indivíduos que emergem do discurso, todos como participantes do processo histórico, marcados e demarcados por culturas e consciências que, ao mesmo tempo em que produzem e reproduzem a realidade social, são por ela produzidos e reproduzidos.

### **1.1. Bakhtin: Considerações Iniciais**

Antes de segmentar a teoria bakhtiniana em seus principais conceitos, faz-se necessário assumir o seu posicionamento teórico-ideológico diante do homem e da linguagem: há total indissociabilidade entre o homem e sua história. Dessa forma, não podemos deixar de introduzir algumas exposições acerca da vida e obra do autor.

No século XIX e início do século XX a Linguística foi dominada pelo pensamento tradicional de que a língua sempre deveria ser vislumbrada a partir de uma representação evidente e objetiva. E foi exatamente neste período que, contrapondo a esse olhar sobre a língua como um fenômeno objetivo e

imutável, surgem as perspectivas de Bakhtin e de seu círculo, inicialmente em busca de fundamentos para explicar a manifestação dos discursos nos textos literários.

A abordagem desse tema se iniciou entre os anos de 1919 a 1929, na antiga União Soviética, a partir de reuniões e encontros de um grupo de estudiosos, integrado por filósofos, poetas, cientistas, críticos de arte e literatura, escritores e músicos que discutiam questões relevantes para as ciências sociais, norteados pela concepção de que a linguagem não deveria ser somente um objeto de estudo da ciência linguística, mas deveria ser vista como uma realidade definidora da própria condição humana.

O grupo foi originalmente liderado por três filósofos/filólogos: por Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Valentin N. Voloshinov e Pavel N. Medvedev. Nesse período, esse grupo, então conhecido como círculo de Bakhtin, teve uma intensa produção escrita, porém, a partir daí, com a perseguição política, vários membros desse grupo desapareceram e Bakhtin passou a trabalhar sozinho e em silêncio, mesmo exilado na Sibéria. Vale ressaltar que os estudos desse período viriam a ser de conhecimento público apenas muitos anos mais tarde a partir de traduções e de estudos realizados sobre a filosofia da linguagem aplicada aos estudos literários que na época ainda era desconhecida e pouco estudada.

Segundo Faraco (1988, p. 10, Grifos do Autor), o trabalho de Bakhtin começou a ser verdadeiramente reconhecido apenas em meados da década de 60:

No Ocidente, o nome de Bakhtin começou a circular nos fins da década de 50, com um texto de Vladimir Seduro (**Dostoyevski in Russian Literary Criticism 1846-1956**. New York, 1957), ganhando mais notoriedade a partir de 1967 com o artigo de Julia Kristeva (“Bakhtin, le mot, le dialogue et le roman”) publicado em **Critique**. São dos anos seguintes as principais traduções ocidentais dos livros de Bakhtin, das quais damos a seguir a primeira data [...]: em 1968, saem a tradução italiana do livro sobre Dostoiévski e a tradução inglesa do livro sobre Rabelais; em 1973, sai a tradução inglesa do livro sobre filosofia da linguagem; em 1976, saem a tradução alemã do livro sobre poética sociológica e a tradução inglesa do livro sobre Freud; em 1978, sai a tradução francesa dos textos

sobre o romance; em 1984, a tradução francesa do material de arquivo.

A partir disso, a obra de Bakhtin passou a atingir um grande grau de importância não somente na teoria literária, mas em toda a linguística e, de modo geral, nas ciências sociais. Pode-se destacar que os conceitos bakhtinianos tiveram sua maior significância no que diz respeito ao funcionamento dos discursos na vida cotidiana, levando-se em consideração, a partir de suas perspectivas, a compreensão discursiva estritamente ligada às condições de produção, ou seja, a linguagem nesse viés passa a ser vislumbrada sob seu âmbito da prática, envolvendo, desse modo, o relacionamento entre sujeitos.

Segundo a perspectiva bakhtiniana, a experiência e a história são partes integrantes do sentido do dizer. Já no período inicial do século XX, o autor afirmava a necessidade de uma teoria linguística centrada na enunciação como única maneira de dar conta da total compreensão real das formas sintáticas. Desse modo, para Bakhtin (1982, p. 112), a enunciação é o produto linguístico-discursivo que se constitui a partir da interação entre dois ou mais indivíduos socialmente organizados. Mesmo que não exista um interlocutor real no ato linguístico, este pode ser comutado pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. Assim, segundo o autor, a palavra se dirige sempre a um interlocutor que nunca se estabelecerá de modo abstrato.

Para Bakhtin, as análises sintáticas dos elementos do discurso constituem “análises do corpo vivo da enunciação” [...], afinal “as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, além de estarem ligadas às condições reais da fala (BAKHTIN, 1982, p. 139)”. A partir disso, Bakhtin passou a estudar o aspecto formal linguístico no interior do discurso, o discurso de outrem a partir do discurso relatado e suas variantes.

Ainda, segundo Bakhtin, no que diz respeito aos anseios discursivos das ciências da linguagem, há a necessidade de relacionar e manter em equilíbrio a forma material exterior e os elementos sociais, históricos e ideológicos do interior da palavra. Assim, o autor criticou a abordagem linguística que

propunha a fragmentação entre forma e conteúdo, ou seja, a exclusividade de um dos elementos em detrimento ao outro. Para ele, o trabalho com a enunciação é a única forma de se chegar à verdadeira substância da língua, superando e criticando, assim, a dicotomia língua/fala e integrando a ela a experiência social como elemento fundante.

Em outras palavras, Bakhtin defende que a natureza da linguagem tem relação com o social, o histórico e o ideológico, ou seja, a realidade fundamental da língua é a interação verbal e ela só pode ser analisada na sua complexidade quando considerada como fenômeno sócio-histórico-ideológico realizado por meio da enunciação que emerge da comunicação verbal concreta.

Nossa opção pela teoria bakhtiniana recorta conceitos pertinentes à palavra como signo dialético e ideológico, à constituição do sujeito, à dialogia e à alteridade e ao real funcionamento da linguagem a partir de suas condições de produção. No entanto, consideramos necessária a integralização desses elementos desde o recorte teórico aqui proposto, bem como a pertinência de outros olhares de teóricos que falam a partir de Bakhtin. Afinal, como já afirmamos anteriormente, os conceitos bakhtinianos que sustentarão nossa leitura dos documentos oficiais e os nossos pressupostos devem ser compreendidos como a materialização de uma compreensão ativa única, somada às vozes advindas de outras leituras, ou ainda como resposta a determinados enunciados a partir de um horizonte social e posicionamento bem definidos, próprios da concepção do autor de que todo discurso é sempre um evento único.

Nessa linha de raciocínio, vale trazer ao corpo de nossas discussões José Luiz Fiorin, autor brasileiro que se dedica ao estudo e à publicação de diversos trabalhos centrados na perspectiva de Bakhtin. Segundo Fiorin (2008), só é possível discutirmos a enunciação a partir de um posicionamento de estudo do discurso centrado na interação verbal considerando a história e o lugar social dos sujeitos discursivos. Conforme o autor:

Compreender é participar de um diálogo com o texto, mas também com seu destinatário, uma vez que a compreensão não se dá sem que entremos numa situação de comunicação, e ainda com outros textos sobre a mesma questão. Isso quer dizer que a leitura é uma obra social, mas também individual. Na medida em que o leitor se coloca como participante do diálogo que se estabelece em torno de um determinado texto, a compreensão surge da sua subjetividade. Ela é tributária de outras compreensões. Ao mesmo tempo, como o leitor participa desse diálogo mobilizando aquilo que leu e dando a todo esse material uma resposta ativa, sua leitura é singular (FIORIN, 2008, p. 6).

Em suma, essa linha de raciocínio possibilita justificar diferentes posicionamentos que poderemos apresentar sobre os conceitos de Bakhtin neste trabalho ou, da mesma forma, lançar diferentes olhares sobre o que já tão amplamente se difundiu sobre a sua teoria. Trata-se da consonância desta tese com a abertura constituída por Bakhtin acerca da não aceitação de verdades fixas e absolutas e, portanto, própria da concepção de que toda teoria está sujeita aos processos advindos da tessitura das relações em que ela se constitui, ou ainda, da dimensão dos juízos de valor advindos da responsividade de cada leitura e, por que não dizer, de cada leitor.

## 1.2. O caráter dialógico da linguagem

[...] existir é co-existir ou co-ser na contraposição, e o lugar que cada um ocupa nesse diálogo, seja qual for, implica responsabilidade e co-autoria (HOLQUIST, 1990, p. 25).

Conceber a linguagem como um processo de interação verbal implica o que Bakhtin (1982) nomeia como *caráter dialógico*: toda e qualquer expressão linguístico/discursiva é sempre socialmente dirigida e orientada para o outro. Este, por sua vez, não é um simples ouvinte que compreende passivamente o que ouve, mas um interlocutor ativo que responde e replica o objeto da comunicação. Nesse sentido, o falante constrói o seu estilo e composição da fala antecipando a resposta que almeja.

Assim, fundamental para a compreensão da teoria bakhtiniana é o posicionamento de perceber que não existe neutralidade discursiva, tampouco a fala individualizada. Logo, é importante afirmar que a teoria de Bakhtin se constituiu a partir de uma perspectiva global da realidade, compreendendo o sujeito como um elemento ativo no processo de comunicação e um conjunto de relações sócio-históricas.

Segundo Brait (2006), Bakhtin não exclui a Linguística para o estudo das relações dialógicas, mas propõe a incorporação da Metalinguística como abordagem capaz de dar conta da análise dessas relações. Neste caso, a metalinguística seria responsável pela análise externa da comunicação, enquanto o estudo das relações dialógicas estaria encarregado de fazer a sua análise interna, pois o diálogo sob o ponto de vista de Bakhtin é vislumbrado como um fenômeno extralinguístico. Conforme explica a autora:

O trabalho metodológico, analítico e interpretativo com textos/discursos se dá, como se pode observar nessa proposta de criação de uma nova disciplina, ou conjunto de disciplinas, herdando da linguística a possibilidade de esmiuçar campos semânticos, descrever e analisar micro e macro organizações sintáticas, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s) e indiciam sua heterogeneidade constitutiva assim como a dos sujeitos aí instalados. A partir do diálogo com o objeto de análise, chegar ao inusitado se sua forma de ser discursivamente, à sua maneira de participar ativamente de esferas de produção, circulação e recepção, encontrando sua identidade nas relações dialógicas estabelecidas com outros discursos, com outros sujeitos. (BRAIT, 2006, p. 58).

Dessa forma, falar em dialogia/relações dialógicas com o aporte teórico a partir de Bakhtin é, notadamente e, sobretudo, trazer à tona, de imediato, as concepções indissociáveis de constituição do sujeito, de dialogismo e alteridade.

Segundo Freitas (1997), a teoria bakhtiniana surge em um dos momentos mais frutíferos da história acerca dos estudos sobre os fenômenos da linguagem, o principal deles constituído a partir de dicotomias presentes nas concepções de linguagem e de psicologia que, basicamente, oscilavam entre os polos objetivo e subjetivo. Foi justamente nesse cenário que Bakhtin

“arquitetou suas teorias em um entrelaçamento entre sujeito e objeto, propondo uma síntese dialética imersa na cultura e na história” (FREITAS, 1997, p. 316).

É justamente a partir dessa perspectiva acerca da linguagem que Bakhtin constitui o conceito de dialogismo, cujo sentido genérico pode ser interpretado como o fenômeno que inaugura a natureza interdiscursiva da linguagem, uma vez que o autor vislumbra o diálogo como um processo permanente, por vezes conflituoso e nem sempre simétrico, existente entre os discursos que configuram uma comunidade, uma cultura e uma sociedade.

Da mesma forma, ainda segundo Freitas (1997), o dialogismo pode ser entendido como elemento representativo das relações discursivas que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, processos discursivos pelos quais os sujeitos também são instaurados a partir de referentes que não estão “simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto” (BAKHTIN, 1982, p. 96).

Ao discutir o conceito de dialogismo proposto por Bakhtin, Faraco (1988) aponta que o enunciado é a unidade da comunicação verbal que permite tratar a linguagem como movimento de interlocução real. Ainda, segundo o autor, trata-se de um conceito que possibilita ultrapassar a ficção postulada pelo paradigma de passividade comunicativa emissor-mensagem-receptor. Dessa forma, o enunciado é apenas um elo da cadeia comunicativa e, portanto, só pode ser compreendido dentro dessa cadeia. Nesse aspecto, o autor expressa o dialogismo em Bakhtin da seguinte forma:

Ele aborda o dito dentro do universo do já-dito; dentro do fluxo histórico da comunicação; como réplica do já-dito e, ao mesmo tempo, determinada pela réplica do ainda não dito, todavia solicitada e já prevista (FARACO, 1988, p. 24).

Segundo Bakhtin, a compreensão de que a existência ocupa lugar na fronteira do “eu” com o “outro” determina o caráter social da vida humana, que se realiza através da linguagem. Portanto, a linguagem é um instrumento de interação social, visto que:

[...] a palavra penetra literalmente em todas relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 1982, p. 41).

Dessa concepção de linguagem, que percebe a palavra permeando toda e qualquer atividade humana, Bakhtin retira o seu conceito básico de dialogismo, isto é, a relação de sentido que ocorre entre dois enunciados, cada um deles social e ideologicamente situados.

Conforme Fiorin (2008), esse conceito foi examinado pelo autor sob os mais variados ângulos e, para discuti-lo, faz-se necessário analisá-lo também em vários aspectos. Portanto, no que tange à linguagem, a dialogicidade é a propriedade que constitui a língua em sua totalidade viva e concreta e, necessariamente, não se limita ao modelo composicional face a face, ao contrário:

[...] todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio (FIORIN, 2008, p. 19).

Assim, pode-se inferir que o dialogismo se constitui por meio das relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados em sua forma concreta, e o acesso a essa concretude é sempre mediado pela linguagem. Nessa perspectiva, a realidade se apresenta sempre linguisticamente, e qualquer discurso que aborde qualquer objeto do mundo não está voltado para o real, mas para os discursos que circundam essa realidade, ou seja:

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1982, p. 123).

Nesse aspecto, vale destacar o entendimento de Bakhtin para o conceito da realidade concreta da língua: o enunciado. Para o autor, ele é sempre uma réplica de um diálogo, ou seja, trata-se da realidade da língua que não existe fora das relações dialógicas. O seu limite depende sempre da resposta do outro ou ainda pode-se dizer que todo enunciado é sempre uma réplica e nele estão sempre inseridas as recusas, as concordâncias, as lembranças de outros enunciados que o constituem como realidade linguística.

Uma mesma frase realiza-se em um número infinito de enunciados, uma vez que são únicos dentro de situações e contextos específicos, o que significa que a “frase” ganhará sentido diferente nessas diferentes realizações “enunciativas” (BRAIT, 2005, p. 63).

Seguindo a linha de raciocínio de Brait (2005), pode-se afirmar que o processo de interação verbal, ou o diálogo em si, não é simplesmente a produção fônica constituída na comunicação pelo locutor, a qual, por sua vez, é recebida por outro envolvido no processo: o receptor passivo que interpreta e compreende os sons enunciados. Nessa concepção, toda a enunciação se realiza numa situação comunicativa única, num determinado contexto histórico-social e por sujeitos com propósitos comunicativos diversos e que agem e interagem entre si por meio da língua. Assim, o produto deste processo é o enunciado que, como já dito, difere da frase, sequência de palavras organizadas conforme a sintaxe, constituindo-se em uma unidade de significação que nunca possui outra de igual teor, mesmo que o seu conteúdo seja repetido *ipsis litteris* inúmeras vezes. Em suma, nenhum enunciado é exatamente igual ao outro, afinal ele se constitui conforme a situação e os interlocutores envolvidos.

Nessa linha de raciocínio, a língua não pode ser compreendida como se fosse um sistema abstrato de normas, pois a realidade em que ela se apresenta é indubitavelmente viva e dinâmica diante das relações dialógicas constituídas pelas interações verbais entre os interlocutores, estando, portanto, em constante evolução. Em outras palavras, não se pode restringir ou distanciar a língua de sua realidade evolutiva. Por isso, o conceito de dialogismo é tão caro na perspectiva bakhtiniana.

Para Faraco (1996, p. 121), a perspectiva bakhtiniana é a primeira abordagem teórica contemporânea a vislumbrar e analisar a linguagem sem a necessidade de desvinculá-la da materialidade da vida social. Isso só se tornou possível a partir das concepções do autor acerca do discurso e, principalmente, do dialogismo. Este, por sua vez, deve ser compreendido como uma ampla arena ou um espaço de luta entre as vozes sociais, na qual agem forças de dentro para fora e de fora para dentro, incidindo sempre em conflitos e tensões as quais exigem sempre uma resposta. Assim, conforme Faraco (2003, p. 60), o objeto do dialogismo é constituído pela dialogicidade, sendo a enunciação um “evento de grande interação social”, afinal ela é atravessada por juízos de valor e contextos sociais das relações ou vida humana, perpassados pelas forças dialógicas.

Uma abordagem também interessante acerca do dialogismo é preconizada por Authier-Revuz (1982). Segundo a autora, o conceito deste fenômeno ultrapassa os vários espaços abordados por Bakhtin:

[...] o lugar dado ao outro dentro da perspectiva dialógica, mas um outro que não é nem o duplo de um face a face, nem mesmo o “diferente”, mas sim um outro que atravessa constitutivamente o um. Este é o princípio fundador – ou que deveria ser considerado como tal – da subjetividade, da crítica literária, das ciências humanas em geral [...] (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 103).

Nessa perspectiva, a autora recorre à psicanálise lacaniana com o objetivo de tornar clara a sua intenção de articular uma teoria que descentraliza a noção de sujeito para inseri-lo como um efeito da linguagem. Nesse viés, pode-se apontar dois aspectos centrais nessa expectativa teórica da autora: as heterogeneidades constitutiva e mostrada, ambas estabelecidas como modos para abordar e analisar a presença do outro no discurso.

Fundamentado nesse plano, mas discutindo uma base epistemológica para os estudos linguísticos, Flores (1998) considera que os conceitos de dialogismo e enunciação propostos por Bakhtin devem advir da perspectiva bakhtiniana denominada de “subjetivismo idealista”:

[...] para dar conta do dialogismo como princípio geral da teoria bakhtiniana, opto por um procedimento próprio para abordar a

questão. Minha escolha é produto do objetivo que tenho com esta incursão teórica, qual seja, *o de clarear o conceito de dialogismo enquanto uma reflexão que, situada fora dos domínios da linguística - inclusive com posições, muitas vezes, críticas em relação a ela - contempla aquilo que a linguística supõe ser uma exterioridade, mas que só na língua tem existência, isto é, o sujeito* (FLORES, 1998, p. 8 – grifos do autor).

Partindo do eixo dialogismo – sujeito – enunciação, Flores (1998) afirma que Bakhtin privilegia um método que não desvincula a palavra de seu contexto sócio histórico real de utilização. Dessa forma, a enunciação é um produto da interação entre dois ou mais indivíduos socialmente organizados, mesmo que o interlocutor seja uma representatividade virtual de uma comunidade.

Stam (1992) afirma que o dialogismo bakhtiniano consiste de um conceito multidimensional e interdisciplinar, refere-se não apenas ao conteúdo semântico de um texto, mas ao “diálogo” de vozes no interior do texto, na interdiscursividade, no processo de produção, características que permeiam o texto e nas quais estão envolvidos o autor e a compreensão e, portanto, a atitude responsiva do leitor. Desse modo, as características multidimensional e interdisciplinar do fenômeno do dialogismo referem-se ao fato de que o diálogo entre os interlocutores em um determinado contexto real de fala não pode ser vislumbrado somente considerando o seu contexto imediato, mas o diálogo deste contexto com outros anteriores, nos quais se incluem também outros interlocutores. Além disso, no que diz respeito a interdiscursividade citada por Stam, há que se considerar que nessa mesma linha de raciocínio o diálogo está imerso em variadas expectativas anteriores de outros gêneros, bem como embebido pelas vozes de outros discursos propagados na história.

Para Bakhtin, a realidade da fala-linguagem não é o sistema abstrato das formas linguísticas, não é o enunciado monológico isolado, mas o evento social da interação verbal. A palavra orienta-se para um destinatário e esse destinatário existe numa relação social clara com o sujeito falante (STAM, 1992, p. 42).

Assim, enquanto modo de funcionamento real da linguagem, o dialogismo, conforme Fiorin (2008), deve ser concebido a partir de três

conceitos bem delineados: dialogismo constitutivo; concepção estreita de dialogismo; não assujeitamento do sujeito.

No que diz respeito ao conceito de “dialogismo constitutivo”, Bakhtin assevera que todo enunciado é sempre uma réplica a outro enunciado, dessa forma explicitam nesse processo ao menos duas vozes, mesmo que, por vezes, elas não se manifestem no fio do discurso. Com isso, pode-se afirmar que um enunciado é sempre heterogêneo, afinal nele se revelam, minimamente, dois posicionamentos, o de quem enunciou e aquele em oposição ao qual se construiu, responsivamente, o enunciado.

Um ponto fundamental neste primeiro conceito diz respeito ao fato de que o dialogismo bakhtiniano incorpora tanto o significado semântico, quanto pragmático de conciliação ou de solução de conflitos. No nível semântico entra em jogo o acordo de representação da informação entre os interlocutores através dos recursos linguísticos disponíveis e contextualizados. Já no nível pragmático se constituem os diferentes posicionamentos sociais e históricos que estão disponíveis aos sujeitos no processo de interação verbal. No entanto, segundo Fiorin (2008, p. 24), para Bakhtin, ao contrário, o conceito de diálogo tanto pode ser polêmico quanto contratual, pois, ao considerar que as relações dialógicas são sempre constituídas de posicionamentos ativos, sejam elas conciliações, concordâncias, discordâncias ou indiferença, há sempre uma luta de forças que buscam tornar vencedora uma posição ou outra dentro do discurso.

A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre espaços de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. O que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica (FIORIN, 2008, p. 25).

Nesse viés, vale ressaltar que esse primeiro conceito de dialogismo diz respeito ao fato de que todo discurso está sempre atrelado a um processo dialógico em que emergem as vozes do enunciatário, do enunciatário e algumas vozes sociais. Nesse sentido, vale ressaltar que, no funcionamento real da

linguagem, atuam forças que buscam uma centralização enunciativa da realidade, denominadas por Bakhtin como “forças centrípetas”, enquanto, por outro lado, atuam outras forças contrárias, que buscam desgastar essa tendência centralizadora, constituídas pelo autor como “forças centrífugas”. Isso projeta a noção de que não há neutralidade no jogo enunciativo e, portanto, nas vozes que o constituem.

Ampliando um pouco mais esse primeiro conceito de dialogismo, Bakhtin (1998) afirma que essas forças opostas que incidem sobre a língua, projetam-se no sentido de centralização e de dispersão, estando sempre em confronto uma contra a outra. Dessa forma, *a priori*, elas estão diretamente ligadas a questão da evolução e estratificação da língua.

Em cada momento de sua formação a linguagem diferencia-se não apenas em dialetos linguísticos, no sentido exato da palavra (formalmente por índices linguísticos, basicamente por fonéticos), mas, o que é essencial, em línguas sócio-ideológicas: sócio-grupais, ‘profissionais’, ‘de gênero’, de geração, etc. a própria língua literária, sob este ponto de vista, constitui somente uma das línguas do plurilinguismo e ela mesma por sua vez estratifica-se em linguagens (de gêneros, de tendências, etc.). E esta estratificação e contradições reais não são apenas a estática da vida da língua, mas também a sua dinâmica: a estratificação e o plurilinguismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se: ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológico e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação. (BAKHTIN, 1998, p.82)

Assim, enquanto as forças centrípetas trabalham em busca da unificação e da estabilidade, como por exemplo no âmbito sócio-ideológico como a religião, a política e a gramática, as forças centrífugas, por sua vez, buscam o movimento contrário, ou seja, buscam a ruptura e apontam para a diversidade, indo de encontro aos eixos centralizadores.

Sobre esse assunto, Faraco (2003, p. 70) discorre que

o diálogo, no sentido amplo do termo (o simpósio universal), deve ser entendido como um vasto espaço de luta entre as vozes sociais (uma espécie de guerra dos discursos), no qual atuam forças centrípetas (aquelas que buscam impor certa

centralização verboaxiológica por sobre o plurilinguismo real) e forças centrífugas (aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos como a paródia e o riso de qualquer natureza, a ironia, a polêmica explícita ou velada, a sobreposição de vozes, etc.).

Desse modo, pode-se afirmar que ambas as forças estão presentes discursivamente nos âmbitos formal, social e ideológico, constituindo-se uma em função da outra, no entanto sempre em uma perspectiva de embate em que só é possível medir tais forças na realidade viva da língua socialmente estabelecida

Essa inferência nos remete ao fato de que a noção de subjetividade constituída por Bakhtin está centrada tanto nas vozes sociais que constituem a prática dialógica quanto nas vozes do enunciador. Assim, ao permitir se considerar tanto o social como o individual, a teoria bakhtiniana permite analisar do ponto de vista das relações dialógicas não somente as grandes contradições, concordâncias ou polêmicas, ou seja, os discursos de ordem econômica, social, filosófica, etc., mas também a fala cotidiana, ou seja, todo e qualquer fenômeno da “comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem” (FIORIN, 2008, p. 27).

No entanto, há de se considerar que as perspectivas bakhtinianas de “social” e “individual” não são simples e estanques. Bakhtin afirma em várias das suas obras que, em primeiro lugar, a maioria das opiniões dos sujeitos é social. Em segundo lugar, todo enunciado não se dirige única e exclusivamente a um destinatário imediato:

[...] cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. A identidade desse superdestinatário varia de grupo social, de uma época para outra, de um lugar para outro: ora ele é a igreja, ora o partido, ora a ciência, ora a “correção política”. Na medida em que toda réplica, mesmo de uma conversão cotidiana, dirige-se a um superdestinatário, os enunciados são sociais (FIORIN, 2008, p. 28 – grifos do autor).

Dessa forma, pode-se afirmar que o sujeito bakhtiniano não é totalmente assujeitado, afinal propor um total assujeitamento do sujeito seria como negar

os próprios princípios do dialogismo. Nas palavras de Fiorin (2008, p. 18): “no dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento. Nunca ele é submetido completamente aos discursos sociais [...] cada ser humano é social e individual”.

O segundo conceito de dialogismo, segundo Fiorin (2008, p. 32), é o que Bakhtin denomina de “concepção estreita de dialogismo”, perspectiva esta que pode ser explicitada como sendo a “incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro (s) no enunciado”. Em outras palavras, são as maneiras com que outras vozes podem se mostrar no discurso.

Segundo Fiorin (2008, p. 13), há duas formas distintas em que o discurso do outro se mostra no discurso: a) a primeira forma diz respeito ao discurso objetivado em que o discurso do outro é claramente destacado do discurso citante; b) a segunda forma diz respeito ao discurso bivocal em que o discurso do outro se constitui no âmbito da intertextualidade implícita, sem delimitação clara dos aspectos limítrofes entre o discurso citante e o discurso citado.

Quanto à primeira forma de inserção do discurso do outro no enunciado, podemos citar o discurso direto, indireto, as aspas e a negação. No que diz respeito à segunda opção, pode-se citar outras formas como a paródia, a estilização, as polêmicas e o discurso indireto livre.

No que diz respeito ao terceiro conceito de dialogismo, Fiorin (2008, p. 55) aponta para a questão que já explicitamos acerca do “não assujeitamento do sujeito” que, segundo o autor, não pode se constituir como uma conceituação fixa e uniforme, pois, na perspectiva bakhtiniana, o indivíduo não é “submisso às estruturas sociais”, nem tampouco totalmente autônomo em relação a elas.

Pode-se afirmar então, que o sujeito vai se construindo sócio-historicamente, e, portanto, o papel do outro tem plena importância tanto na construção do seu mundo, quanto na apreensão da realidade. Trata-se, portanto, do princípio inicial da alteridade na visão bakhtiniana, elemento

constitutivo da realidade e da identidade dos indivíduos construídos discursivamente pela história e pelas práticas discursivas.

É interessante destacar que foi extremamente profícuo e importante, antes de considerarmos quaisquer expectativas de análise de relações dialógicas dos nossos dados de pesquisa, que buscássemos o (s) conceito (s) de dialogismo, pois, a partir das discussões que delineamos sobre este fenômeno da teoria bakhtiniana, foi possível perceber a amplitude de outras perspectivas que o permeiam como a questão do sujeito, a relevância do outro e as forças que incidem sobre as práticas discursivas. Além disso, ressalte-se, entender ao máximo o dialogismo proposto por Bakhtin é fundamental para compreender o posicionamento deste autor e, mais do que isso, sua concepção da realidade e do mundo.

Faz-se necessário, também, considerar que a busca por conceituar o dialogismo na obra de Bakhtin é sempre uma atividade de reflexão teórica intrinsecamente ligada ao processo de conceituar o próprio discurso, haja vista a interrelação que existe entre ambos os conceitos. Assim, sob a teoria da enunciação de Bakhtin, é fundamental entender que o diálogo é o centro do estabelecimento de sentidos e que a palavra no discurso constitui uma relação extremamente complexa, heterogênea e inacabada, em total interdependência de compreensão ativa pertencente, ao mesmo tempo, a todos os envolvidos no processo discursivo, pois os sujeitos do discurso, sob essa expectativa, saem do papel de sujeitos prontos e acabados, posicionamento conceitual permitido por outras teorias, para se assentar em um espaço complexo que pertence ao não fixo e a um sempre “vir a ser”.

Por fim, para nossa pesquisa, o dialogismo adquire uma focalização na qual podem ser constituídas outras categorias analíticas, pois, além de um fenômeno discursivo, ele se constitui como uma metodologia ancorada ou imanente às práticas discursivas estabelecidas a partir das correlações entre enunciados, suas partes e componentes, como já destacamos, semânticos e pragmáticos. Desse modo, podemos afirmar que o dialogismo pode ser considerado uma “macrocategoria” de análise, pois ele é capaz de integrar aspectos acerca do sujeito, das forças que buscam situar os discursos em seus

lugares sociais, bem como da configuração da atividade discursiva humana a partir dos espaços e da história.

### 1.2.1 A relevância do outro: a alteridade

[...] em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas, ou semi-ocultas e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor (BAKHTIN, 1982, p. 318).

Conforme discutimos na seção anterior, a base das relações dialógicas na perspectiva bakhtiniana está fundada no princípio do discurso estabelecido entre o eu e o outro. Nessa expectativa, a palavra com sua natureza dialógica estabelece a relação “entre” os seres humanos e funda a experiência da interação. Assim, é relevante afirmar que o homem não é um ser individual, mas uma relação dialógica constituída no princípio eu-tu. O “tu”, neste caso, é condição essencial de existência do “eu”, pois a realidade do homem é a realidade da diferença entre um “eu” e um “tu”. O “eu” não existe individualmente, senão como princípio de existência para o outro. Este raciocínio principia o conceito de alteridade sob a ótica de Bakhtin, para o qual o fundamento de toda a linguagem e da realidade discursiva humana está fundado nessa relação com o outro.

Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativa-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim

através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo (Bakhtin, 1982, p.373).

Assim, nessa cadeia ou rede dialógica que é o discurso, constituem-se os sentidos que não se originam essencialmente no momento da enunciação, mas que fazem parte de um *continuum*, e tudo o que se estabelece discursivamente na realidade humana a partir do “eu” vem do seu mundo exterior por meio da palavra do outro. Logo, todo enunciado é apenas um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo.

Para Bakhtin:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear (BAKHTIN, 2003, p. 319).

Vale destacar que, em *Problemas na Poética de Dostoiévski* (1981), Bakhtin faz uma afirmação que principia e funda a sua perspectiva acerca da alteridade como elemento fundante na constituição dos sujeitos do discurso. Para o autor, a interação social sempre se dá entre três participantes: o falante, o ouvinte e o tema do discurso (o herói), fatores que constituem esse discurso. Ou seja, nesse movimento em direção ao outro, a alteridade se instaura, tendo como elo de ligação a linguagem.

O discurso é como o “cenário” de um certo acontecimento. A compreensão viva do sentido global da palavra deve reproduzir esse acontecimento que é a relação recíproca dos locutores, ela deve “encená-la”, se se pode dizer; aquele que decifra o sentido assume o papel do ouvinte; e, para sustentá-lo, deve igualmente compreender a posição dos outros participantes (BAKHTIN, 1981, p.199).

Em suma, não está totalmente no indivíduo a origem do seu dizer e a constituição do seu próprio “eu”, pois falar em identidade e alteridade na perspectiva bakhtiniana enseja, *a priori*, a total indissociabilidade entre estes e

as questões relacionadas ao dialogismo. Ou seja, apesar de não termos discutido até o momento o conceito de identidade, já estivemos discutindo tais princípios, haja vista as relações entre eu e o outro estarem de maneira intrínseca relacionadas ao princípio dialógico de constituição do sujeito. Dessa forma, pode-se dizer que, para Bakhtin, o princípio dialógico funda a alteridade como constituinte do ser humano e de seus discursos. Afinal reconhecer o dialogismo é encontrar a diferença, uma vez que é a palavra do outro que nos traz o mundo exterior. Vale destacar que essa correlação entre o dialogismo e a alteridade será retomada e ampliada em termos de expectativa teórica na próxima seção desta tese ao discutirmos as perspectivas teóricas acerca das identidades socioculturais.

Nossa fala, isto é, nossos enunciados [...] estão repletos de palavras dos outros. Elas introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.[...] Em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, [...] descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade (BAKHTIN, 1981, p.314).

Para Bakhtin, a alteridade é um processo dialógico em que o elemento comum é o discurso. Assim, não somos a fonte dos discursos que produzimos, mas intermediários, pois interagimos e nos constituímos sociohistoricamente a partir de outros discursos que já circulam em nosso meio social e em nossa cultura.

Segundo Veloso (2011, p. 21), na perspectiva bakhtiniana, a relação dialógica em que se processa a fala, a presença do outro na fala do eu deve ser entendida como fenômenos discursivos que “descortinam posicionamentos sócio-ideologicamente situados”. Dessa forma, para Bakhtin, a dialogia se instaura no contraste de vozes estabelecidas entre os enunciados, pois eles se constituem a partir de sujeitos que ocupam posições sociais diferentes. Trata-se de uma perspectiva não subjetiva da enunciação em que o sujeito não é o centro do discurso, porém sempre estabelecido a partir do outro. Assim como um único enunciado se constitui como múltiplo, faz-se possível o diálogo entre as vozes, além de se instaurarem ressonâncias em que, por vezes, se

estabeleçam divergências ou posicionamentos e em que se pode ouvir o discurso do outro no discurso do sujeito.

Na vida agimos assim, julgamo-nos do ponto de vista dos outros, tentando compreender, levar em conta o que é transcendente na nossa própria consciência: assim levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que ele pode causar em outrem [...] (BAKHTIN, 1982, p. 36).

Nesse contexto, Freitas (1997) afirma que a perspectiva dos estudos bakhtinianos prevê que a consciência humana é estabelecida pelas relações entre os homens no meio social, mediados pela linguagem. Assim o outro tem papel fundamental nessa constituição, pois:

[...] sem ele (o outro) o homem não mergulha no mundo sógnico, não penetra na corrente da linguagem, não se desenvolve, não realiza aprendizagens, não ascende às funções psíquicas superiores, não forma a sua consciência, enfim, não se constitui como sujeito (FREITAS, 1997, p. 320).

Dessa forma, a consciência de si se constitui sob a perspectiva da consciência do outro. Nas relações sociais recebo e me aproprio da palavra do outro, ou seja, uma palavra já habitada e jamais totalmente neutra, mas cheia de intencionalidades e valores, impregnada da ideologia de um grupo social e de momentos históricos. Na perspectiva teórica bakhtiniana, até nosso pensamento se constitui na interação e na embate com o pensamento dos outros. O sujeito se estabelece discursivamente na interação verbal, assimilando vozes e fazendo da palavra do outro a sua. Portanto, o processo de comunicação analisado do ponto de vista do falante em sua relação com o objeto permite afirmar que a base da interação não é constituída pelo reconhecimento dos signos, mas na compreensão a partir do outro.

Assim, o elemento que torna a forma lingüística um signo não é a sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (BAKHTIN, 1982, p. 94).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a alteridade para Bakhtin não é a relação com um destinatário “ideal” que tem a função única e exclusiva de compreender o locutor, pois sua atitude em relação à palavra do outro se constitui de uma responsividade ativa, materializando-se sempre em sua resposta, seja ela interna ou externa.

Os enunciados, portanto, são constituídos sempre sob e a partir de apreciações valorativas, as quais estão sempre impregnadas de experiências vividas e de princípios estabelecidos em variados discursos assimilados em nossas vidas, seja de maneira consciente ou inconsciente. Assim, a linguagem só pode ser analisada na sua complexidade quando considerada como fenômeno socioideológico e apreendida no fluxo da história e é essa perspectiva social, ideológica e histórica que compõe a expectativa bakhtiniana sobre o relação de fala entre os interlocutores que se estabelece ao mesmo passo tanto no terreno do “eu” quanto do (s) “outro”(s), configurando-se como discurso sob e com outros discursos.

O homem não possui território interior soberano, ele está inteiramente e sempre sobre uma fronteira; olhando o interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através deles. Não posso dispensá-lo, não posso tornar-me eu mesmo sem ele; devo encontrar-me nele, encontrando-o em mim. (BAKHTIN, 1981, p. 287).

A interação com o outro, portanto, é, como já afirmamos, central no processo de constituição da consciência e do homem que, por sua vez, se constitui na e pela alteridade. Isso nos leva a concluir que todas as suas atividades e papéis desempenhados estão intrinsecamente estabelecidos pelos discursos de outrem. Da mesma forma, à medida que a interação se estabelece, abre-se a possibilidade de avaliação das nossas práticas sociais e das dos outros, o que possibilita, dentre outras coisas, compreender a nossa atividade nas diversas esferas da vida social, desencadeando-se, portanto, um processo de (re)construção também de nossas identidades.

Dessa forma, pode-se afirmar que a constituição dos indivíduos se dá a partir da relação de interpretação das diferenças. No entanto, há que destacar que além de não ser um processo harmonioso, ele não surge da consciência

dos indivíduos, mas de suas relações sócio-históricas devidamente situadas. Para Bakhtin (1982, p. 113), essa relação de alteridade cria a possibilidade de os sujeitos ampliarem os seus horizontes, por meio do estabelecimento de novos contextos.

Nesse sentido, é impossível definir o ser humano fora dessa relação de diferenças ou da ligação com o(s) seu(s) outro(s). Assim, como já dito, o princípio dialógico funda a alteridade e estabelece a intersubjetividade como antecedente à subjetividade, inclusive “o pensamento, enquanto pensamento, nasce no pensamento do outro” (BAKHTIN, 1982, p. 329).

Holquist (1990, p. 80) aponta que, “para haver significado, a singularidade de cada ator precisa ser colocada no pano de fundo do compartilhamento”, o que quer dizer que a alteridade só pode se estabelecer e se organizar a partir de uma dinâmica entre o pessoal e o social e sua compreensão/interpretação só será possível no contexto em que se dá essa relação. Dessa forma,

o sentido não é algo que se “tenha”, em mente, por exemplo, posto que a metáfora *mente como um container* contraria o que acima comecei a apontar acerca de uma noção pragmática da mente (ou, neste caso, entendimento) como construto sintetizador de um *movimento dialógico* (HOLQUIST, 1990, p. 20).

### 1.2.2 Perspectivas dialógicas acerca da Identidade

Levando em consideração a perspectiva de constituição dos sujeitos a partir das relações de alteridade, Silva (2000, p. 1) afirma que a identidade, por sua vez, necessita da diferença para existir, pois ela só pode ser compreendida como uma entidade na medida em que o sujeito se constituiu e se autorreconhece:

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de *criação* significa dizer que não são "elementos" da

natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 2).

Assim, pode-se afirmar que a identidade e a diferença são relações sociais resultantes de um processo de produção discursiva. No entanto, ainda segundo o autor, estão longe de ser relações simétricas, pois elas estão sujeitas a forças externas, como, por exemplo, as relações de poder. Isso significa que identidades e diferenças não convivem harmoniosamente, elas traduzem as vontades dos grupos sociais assimetricamente situados que disputam, dentre várias coisas, o poder nessa relação, logo elas não são definidas, mas impostas:

A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação - ou seja, identidade e diferença - aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir ("estes pertencem, aqueles não"); demarcar fronteiras ("nós" e "eles"); classificar ("bons e maus"; "puros e impuros"; "desenvolvidos e primitivos"; "racionais e irracionais"); normalizar ("nós somos normais; eles são anormais") (SILVA, 2000, p. 5).

Dessa forma, estabelecer as diferenças e asseverar a identidade acarreta sempre e ao mesmo tempo uma operação de inclusão e exclusão. Dizer "o que somos" é, ao mesmo tempo, dizer "o que não somos" ou, ainda, afirmar quem pertence ou não pertence a determinado grupo. "A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre *nós* e *eles*" (SILVA, 2000, p. 7). Assim, ainda conforme o autor, quando utilizamos os pronomes "nós" e "eles" não optamos apenas pelo uso de determinadas marcas gramaticais no processo de comunicação, mas, tratam-se na verdade, da utilização de determinados indicadores de nossas posições como sujeitos e nossas relações de poder, ressignificadas a partir de cada novo contexto e movimento histórico

em que nos inserimos a partir da interação verbal, tudo a partir de novos valores e novas visões de mundo.

Nesse processo de ressignificação ou de (re)construção das diferenças e das identidades, instituem-se as forças internas e externas que buscam fixar uma determinada identidade como norma. Esse processo de normalização é uma das formas mais sutis em que se manifestam as relações e hierarquizações do poder nos grupos sociais. A identidade, neste caso, deixa de ser vislumbrada como uma alternativa para ser determinada como uma regra, uma única possibilidade de existência.

Moita Lopes (2002) afirma que as (re)construções identitárias devem ser vistas como trajetórias e, portanto, sócio-historicamente constituídas através da interação discursiva. Logo, a identidade de um indivíduo não é fixa e tampouco exterior à língua, afinal as trocas discursivas se constroem na e pela língua, nas diferenças e semelhanças, e, conseqüentemente, as suas mudanças interferem nas identidades dos sujeitos.

Nesse processo, a compreensão/interpretação dos significados se dá em uma espécie de negociação entre os interlocutores na qual “as pessoas se tornam conscientes de quem são, construindo suas identidades sociais ao agir no mundo por intermédio da linguagem” (MOITA LOPES, 2002, p. 30). Trata-se de entender a identidade como uma construção em que a relação com a subjetividade se dá a partir da multiplicidade discursiva que realiza a prática social. O discurso, neste caso, constitui-se como uma ferramenta para estabelecermos a nossa individualidade e o contexto social em que nos inserimos. Ou seja, para o autor,

O discurso como uma construção social é, portanto, percebido como uma forma de ação no mundo. Investigar o discurso a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão, desse modo, construindo a sua realidade social e a si mesmos (MOITA LOPES, 2002, p. 31).

Essa construção social estabelecida entre o “eu” e o “outro” é constituída pela linguagem em um contexto específico. Dessa forma, pode-se afirmar que

o nosso posicionamento teórico frente ao homem o constitui como um ser social e histórico que se identifica e identifica o outro por meio da linguagem durante a sua vida criando valores, consciência e seu posicionamento no mundo.

Para Bakhtin, a alteridade não se encontra apenas disponível no mundo, mas dentro do próprio sujeito. Ampliando ainda mais essa afirmação, pode-se dizer que o sujeito é o próprio diálogo e a linguagem, por sua vez, é sempre fornecida pelo mundo exterior. Diante disso, pode-se fazer uma analogia com os principais marcadores formais da fala do outro, ou seja, as aspas: as nossas palavras são, na verdade, as palavras do outro, mas que perderam as aspas. Assim, o outro é sempre inseparável do eu, porém nunca constitui ou engloba a sua totalidade.

Nesse contexto, pode-se destacar também o conceito bakhtiniano acerca da refração, pois a constituição das identidades se estabelece também a partir de tal processo: na ocorrência da alteridade o eu e o outro se constituem via linguagem que, para Bakhtin, trata-se de uma prática social. No entanto, isso não se dá apenas em uma perspectiva de reflexo, mas, e principalmente, de refração, ou seja, ao atravessarem e serem atravessados pelo discurso no processo de interação verbal, ambos, o eu e o outro sofrem mudanças nessa prática social.

Enfim, no que diz respeito à constituição da identidade, a teoria de Bakhtin aponta para uma visão em que ela não pode ser considerada como uma organização individual, pois o que singulariza o sujeito lhe é dado pelo meio social. Em outras palavras, é o outro que organiza o eu, determinando-o por relações de alteridade por vezes conflituosas. Assim, o domínio da palavra se constitui de maneira ilusória, pois ela pertence sempre ao terreno da intersubjetividade: toda palavra é do outro, e a minha, por sua vez, é sempre uma resposta.

### 1.2.3. A Teoria da enunciação

Para podermos ampliar as nossas discussões sobre a perspectiva histórico-social acerca da linguagem proposta por Bakhtin, bem como as expectativas interlocutivas constituintes do discurso, faz-se necessário discutir um outro aspecto relevante, a saber: a enunciação. Na perspectiva bakhtiniana, a situação sócio-histórica é vital na constituição dos enunciados. Em outras palavras, a enunciação é concebida em uma época e num grupo determinados: “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 1982, p. 113). Dessa forma, segundo a proposta do autor, “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (Id., *ibid.*, p. 112).

Diante disso, pode-se dizer que a teoria da enunciação a partir de Bakhtin caracteriza-se por considerar o sujeito central no processo em que se constitui a linguagem, sendo que o enunciado pode ser considerado como o “já realizado” e a enunciação como “o ato de produzir o enunciado”. Dessa forma, o objeto de interesse é, portanto, o processo, ou seja, as marcas do sujeito naquilo que ele diz. A língua é considerada a partir do seu uso e a enunciação, portanto, é um fenômeno social que se estabelece na relação entre o sujeito e a sociedade.

Nessa mesma perspectiva, Orlandi (1996, p. 60) afirma que a teoria bakhtiniana vem mostrar que a enunciação não se constitui como um fenômeno meramente individual, mas social. Conforme assinala Orlandi (1996, p. 60), o autor estabelece sua proposta teórica levando em consideração a relação social que se constitui dialogicamente entre o falante e o ouvinte. Ainda segundo a autora, a língua é produzida em um terreno de disputas e conflitos estabelecidos na relação entre o sujeito e a sociedade, assim ela só existe de fato onde for estabelecida a comunicação como interação social, e é exatamente esse o espaço da enunciação. Sendo assim, pode-se afirmar que o pilar da língua é a enunciação, ou seja, um instrumento que possibilita a

concretização de todos os discursos e de todas as manifestações ideológicas. Nesse sentido, a fala (enunciação) está intrinsecamente ligada às estruturas sociais, e é através dela que se fundamentam as perspectivas bakhtinianas acerca da linguagem.

Segundo Bakhtin (1982), a enunciação não existe fora de um contexto sócio-ideológico e seu locutor se estabelece a partir de um horizonte social bem definido, e os seus ouvintes, por sua vez, também são bem definidos.

Na perspectiva do autor, a enunciação é compreendida sempre como uma réplica do diálogo que, por sua vez, é sempre produzido socialmente. Sendo de natureza social, a língua é sempre um produto ideológico e não existe fora do âmbito social, pois, como já afirmamos, “há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido” (BAKHTIN, 1982, p. 16). Ainda segundo o autor, o ato enunciativo é constituído sempre a partir de um processo de pressuposição do destinatário. Assim, os discursos têm sempre uma natureza dialógica e polifônica que se estabelece a partir da apropriação de outros enunciados sócio-historicamente disponibilizados. Conforme Bakhtin (2003, p. 261), todas as atividades humanas estão condicionadas à utilização da língua e a sua compreensão só é possível a partir da interação verbal entre os envolvidos:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não apenas por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua, recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas também e, sobretudo, por sua construção composicional.

Dessa forma, segundo as definições bakhtinianas, as fronteiras do enunciado estabelecido como uma unidade de comunicação verbal são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes: o locutor finaliza o seu enunciado para estabelecer um espaço para a resposta do outro ou mesmo para o outro poder dar a sua resposta ativa na simples forma de compreensão, assim “o enunciado não é uma unidade convencional, é uma unidade real,

precisamente delimitada pela alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 275). Esta alternância dos sujeitos falantes constitui o contexto do enunciado e é no diálogo real que ela é observada de modo mais direto e evidente. O acabamento do enunciado, por parte do locutor, pode ser determinado a partir de critérios particulares. O primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a possibilidade de responder, mais exatamente de adotar uma atitude responsiva para com ele.

Assim, Bakhtin indica aspectos da enunciação que ultrapassam os limites da análise linguística a partir da estrutura da sua forma. Para ele (1982, p. 116):

a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se ao interlocutor: ela é a função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (BAKHTIN, 1982, p. 116).

Desse modo, pode-se afirmar que a enunciação não existe fora da realidade vivida e o homem é um ser axiológico. Além disso, toda produção de discurso é sempre orientada para o outro, por isso não existe interlocutor abstrato e cada horizonte social e cada época determinam a nossa constituição socioideológica. Essa orientação da palavra se dá sempre em função do interlocutor.

Em concordância com as expectativas bakhtinianas acerca da enunciação, Pires (2003, p. 39-40) afirma:

Tudo o que me diz respeito vem-me do mundo exterior por meio da palavra do outro. Todo enunciado é apenas um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo. Nessa rede dialógica que é o discurso, instituem-se sentidos que não são originários do momento da enunciação, mas que fazem parte de um continuum. O indivíduo não é a origem de seu dizer. [...] O fenômeno social da interação é, portanto, a realidade

fundamental da linguagem, realizando-se como uma troca de enunciados, na dimensão de um diálogo e através da enunciação.

Assim, conforme a autora, a teoria bakhtiniana, foi e continua sendo essencial para os estudos que envolvem a enunciação, “pois expressa de forma clara, engajada e coerente a relação sujeito-linguagem-história-sociedade, vindo na enunciação o verdadeiro fundamento dessa relação” (PIRES, 2003, p. 47).

Convém ainda ressaltar que “[...] o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinaram tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 1982, p. 300).

Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma ‘resposta’ aos enunciados precedentes de um determinado campo: ela os rejeita, confirma completa, baseia-se neles, subtende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera de comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-las com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados, de outra esfera da comunicação discursiva (BAKHTIN, 1982, p. 297).

Há que se destacar, portanto, que o sujeito na concepção enunciativa de Bakhtin (1982) é concebido a partir da perspectiva da responsividade, pois a enunciação é um evento impossível de se constituir senão participativamente. Assim, apesar do discurso ser um entrelaçamento da interação entre várias vozes, ele será sempre novo, porque, na forma com que se constitui em um dado momento do tempo, nunca se estabeleceu anteriormente. Nesse sentido, o enunciado é a unidade passível de análise das relações dialógicas e discursivas.

Outra característica essencial da enunciação é a sua inesgotabilidade, pois as fronteiras da comunicação verbal estão associadas aos enunciados anteriores e aos anseios da responsividade dos interlocutores. Nesse sentido,

esse fenômeno tanto determina quanto é determinado pela escolha do gênero em que se estruturará o enunciado. Destaque-se que essa escolha se dá em virtude das especificidades da esfera humana em que se constituem os enunciados, bem como das necessidades comunicativas entre os falantes.

Assim, vale adentrarmos, ainda que rapidamente, em outro terreno profícuo da teoria bakhtiniana: os gêneros do discurso. Segundo o autor, da mesma forma que as atividades humanas são inesgotáveis, a diversidade e a infinidade do delineamento do discurso em face delas também se fazem relevantes.

#### 1.2.4 Os gêneros discursivos: a relativa estabilidade dos enunciados

Segundo Bakhtin (1982), a expressividade, a alteridade e a conclusividade são as características que constituem um enunciado. Buscando trazer à discussão tais aspectos, Rodrigues (2001, p. 34) afirma que a expressividade se estabelece como a instância de expressão da posição valorativa dos envolvidos na comunicação, ou seja, trata-se do fenômeno do dialogismo no interior do enunciado.

Por outro lado, ainda segundo a autora (*id.* p. 36-37), a alteridade e a conclusividade constituem uma espécie de expectativa limítrofe do enunciado, pois ele possui um início e um fim (antecedido pelas vozes e os já ditos). Nesse contexto, a alteridade é determinada pelo chamado “dixi conclusivo”, ou seja, quando o falante “passa a palavra” ao ouvinte.

A conclusividade é a manifestação da alternância dos falantes, configura-se como o momento em que o locutor disse tudo que queria dizer e anseia uma resposta ativa.

O caráter do enunciado de se constituir em uma totalidade discursiva conclusa que assegura a postura, a possibilidade de resposta ou de compreensão tácita se determina por três fatores, que se relacionam na totalidade orgânica do

enunciado: a) o tratamento exaustivo do sentido do objeto do enunciado; b) a intencionalidade, ou vontade discursiva do falante; c) as formas típicas, genéricas e composicionais, de conclusão do enunciado. O primeiro aspecto do enunciado que lhe assegura o caráter de um todo concluso de sentido é o esgotamento do sentido do objeto. Na realidade, o objeto é inesgotável, porém, quando se converte em tema do enunciado – de um artigo, de uma tese, por exemplo –, adquire caráter de concluído, de acabamento relativo (RODRIGUES, 2001, p. 37).

Assim, pode-se concluir que um dos fatores determinantes para a constituição do gênero do enunciado diz respeito exatamente à sua característica de relativa ou de total conclusividade.

Discutindo mais precisamente as noções bakhtinianas acerca dos gêneros do discurso, Fiorin (2008) afirma que, apesar de os manuais e diretrizes acerca do ensino de línguas tratarem tal conceito como algo novo, os gêneros já eram discutidos desde a Grécia antiga, no entanto a partir de características reducionistas como “tipos de textos que têm traços comuns”.

No entanto, o que vai desenhar com precisão a visão de Bakhtin acerca do fenômeno é a teorização do autor centrada no **processo** de produção e não no **produto** em si, afinal “[...] seu ponto de partida é o vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas. Os enunciados devem ser vistos na sua função no processo de interação” (FIORIN, 2008, p. 61).

Conforme Bakhtin (2003, p. 281-283), os gêneros do discurso se constituem como enunciados que se estabelecem a partir de uma relativa estabilidade, e nossa comunicação só se torna possível em boa parte graças a essa classificação que fazemos socialmente e da qual geralmente não nos damos conta quando a fazemos, afinal eles nos são dados “quase da mesma forma com que nos é nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo da gramática”.

Ainda, segundo o autor (2003, p. 43), “[...] cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas”.

As noções bakhtinianas acerca do enunciado e dos gêneros do discurso, no que tange à compreensão (reação resposta ativa), têm seus argumentos construídos, em parte, na questão do êxito da comunicação. Nessa perspectiva, o insucesso ocorre geralmente em virtude da grande diversidade e heterogeneidade dos gêneros, de um lado, e em decorrência da não familiaridade do interlocutor com vários deles, de outro, pois os gêneros funcionam como horizonte de expectativas para o interlocutor.

São muitas as pessoas que, dominando magnificamente a língua, sentem-se logo desamparadas em certas esferas da comunicação verbal, precisamente pelo fato de não dominarem, na prática, as formas do gênero de uma dada esfera. Não é raro o homem que domina perfeitamente a fala numa esfera da comunicação cultural, sabe fazer uma explanação, travar uma discussão científica, intervir a respeito de problemas sociais, calar-se ou então intervir de uma maneira muito desajeitada numa conversa social. Não é por causa de uma pobreza de vocabulário ou de estilo (numa acepção abstrata), mas de uma inexperiência de dominar o repertório dos gêneros da conversa social, de uma falta de conhecimento a respeito do que é o todo do enunciado, que o indivíduo fica inapto para moldar com facilidade e prontidão sua fala e determinadas formas estilísticas e composicionais [...] (BAKHTIN, 2003, p. 303-304).

Por se tratar de maneiras sociodiscursivas de operacionalização dos enunciados, os gêneros são os reguladores e organizadores do processo de interação, adaptando-se e transformando-se conforme as demandas sociais e discursivas.

Os seres humanos agem em determinadas esferas de atividades, as da escola, as da igreja, as do trabalho num jornal, as do trabalho numa fábrica, as da política, as das relações de amizade e assim por diante. Essas esferas de atividades implicam a utilização da linguagem na forma de enunciados. Não se produzem enunciados fora das esferas de ação, o que significa que eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades de cada esfera. [...] Só se age na interação, só se diz no agir e o agir motiva certos tipos de enunciados, o que quer dizer que cada esfera de utilização elabora tipos relativamente estáveis de enunciados (FIORIN, 2008, p. 61).

Nesse contexto, o conteúdo temático, o estilo e a organização composicional estabelecem o todo que constitui o enunciado, o qual é caracterizado pelas especificidades de uma dada esfera de ação social.

[...] enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu **conteúdo (temático)** e pelo **estilo** de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua **construção composicional** (BAKHTIN, 2003, p. 261, grifos nossos).

Dentre essas características, conforme Rodrigues (2001), podem ser apontados:

1. *Caráter normativo*: os gêneros se moldam conforme as formas linguísticas do grupo social em que se inserem;
2. *Estratificação social*: os discursos sofrem constantemente uma relação de forças opositivas, as forças centrífugas e centrípetas, sendo que esta busca a centralização da língua. Bakhtin considera os gêneros do discurso como forças centrífugas, pois, segundo o autor (2003, p. 81-82), eles possuem a ação de estratificação social, ou seja, a partir dos gêneros torna-se possível vislumbrar as vozes sociais, posicionamentos axiológicos e ideologias.
3. *Esferas sociais e cronotopos*: os gêneros do discurso sempre pertencem a uma determinada esfera social que possui aspectos sócio-ideológicos próprios, bem como o seu próprio repertório de gêneros.
4. *Índices de totalidade*: os gêneros discursivos se constituem a partir de três aspectos enunciativos, considerados por Bakhtin como índices de totalidade: tema, estilo e composição, a saber.

Dessa forma, no que diz respeito a essas características, vale destacar as considerações acerca da estratificação social, pois temos no dimensionamento de nossas categorias de análise dos dados nesta tese a perspectiva de que, a partir dos gêneros discursivos, encontraremos também as vozes das instituições sociais, elementos estes importantes para a revelação dos posicionamentos sociais que irão incidir sobre as práticas identitárias.

#### 1.2.4.1 Os gêneros primários e secundários

Inicialmente, há que se destacar que a classificação dos gêneros em primários e secundários inicia a possibilidade da relação dos gêneros do discurso com a atuação dos sujeitos na vida social, pois, se interagimos na vida social por meio de enunciados, que nas mais diversas esferas e práticas interacionais relativamente se estabilizam na forma de gêneros do discurso, os gêneros, além de regularizarem nossas práticas interativas, passam também a significarem essas práticas.

Apontando conceitos-chave da teoria bakhtiniana, Brait (2007) afirma que a partir da instabilidade do processo em que se constitui o discurso, dá-se a possibilidade do surgimento da hibridização dos enunciados, configurando o que a autora propõe como a dinamicidade dos gêneros discursivos.

Nessa concepção de surgimento de novos gêneros, a perspectiva bakhtiniana classifica-os em duas esferas bem precisas: os gêneros primários e os gêneros secundários.

Segundo Brait (2007), os gêneros primários são aqueles considerados mais simples e são concebidos na comunicação cotidiana em espaços como a família, as rodas de amigos etc.

Já os gêneros secundários constituem-se a partir de códigos culturais mais complexos, como é o caso da escrita. No entanto, há de se destacar que nada impede que esferas como a arte, a ciência, a política e a filosofia, apesar de uma inerente fixidez mais formalizada, sejam invadidas por esferas cotidianas. Aliás, destaque-se que, ao se constituir o encontro dessas esferas, ambas sofrem modificações substanciais e, por vezes, acabam se completando.

Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. [...] esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários [...]. Os gêneros

primários (conversa de salão, carta, relato cotidiano, etc.), transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios (BAKHTIN, 2003, p. 281).

Em consonância com essa afirmação, Brait (2007, p.156) considera que:

[...] um diálogo perde sua relação com o contexto da comunicação ordinária quanto entra, por exemplo, para um texto artístico, uma entrevista jornalística, um romance ou uma crônica. Adquire, assim, os matizes desse novo contexto. Em último caso, o estudo dos gêneros discursivos considera, sobretudo, “a natureza do enunciado” em sua diversidade e nas diferentes esferas da atividade comunicacional [...].

Ao tratar acerca do estilo linguístico ou funcional, temos de considerar a indissociabilidade entre estilo e gênero, pois aquele nada mais é senão “o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana” (BAKHTIN, 2003, p. 283). Cada esfera social tem conhecimento acerca da função dos seus gêneros, aos quais cabem determinados estilos conforme as suas especificidades.

Sendo assim, conforme Rodrigues (2001, p. 67), a separação entre estilo e gênero é resultado de uma série de fatores históricos, afinal mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam nos gêneros do discurso.

### 1.2.5 Os gêneros discursivos e as práticas sociais

Partindo da perspectiva de que a língua se constitui discursivamente e de que o discurso é uma prática social, os gêneros do discurso também se configuram como práticas sociais, pois eles são formas de discursos socialmente construídas para a realização de tarefas mediadas pela linguagem. Dessa forma, faz-se necessário compreender o seu papel na interação verbal, na significação e na relativa estabilização de nossas práticas sociais. Isso leva

a compreender a dimensão verbo-visual dos gêneros do discurso a partir de sua relação com a situação social de interação e a esfera social de atividade.

Explicitar tal aspecto significa considerar que, apesar da relativa estabilidade dos gêneros do discurso, a sua gênese se estabelece no dinamismo, no confronto e na plasticidade. É exatamente isso que possibilita o surgimento de novos gêneros a partir de outros gêneros já bem constituídos e aceitos social e historicamente, tendo em vista que as diferentes relações humanas são mediadas por eles que se complexificam à medida que mais complexas se tornam as relações humanas.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos) (BAKHTIN, 2003, p. 279).

Assim, os gêneros do discurso são estruturas sócio-historicamente construídas e representativas das necessidades comunicativas das sociedades. Nesse contexto, conforme o nível e complexidade dessas necessidades, os gêneros sofrem uma espécie de transmutação, constituindo-se *a posteriori* em outros gêneros ou mesmo gêneros que estabelecem a sua funcionalidade mediante as interações sociais e a posição social dos sujeitos.

Dessa forma, indiferente aos aspectos terminológicos<sup>3</sup> que distinguem as concepções acerca da transmutação ou reelaboração dos gêneros, cabe-nos destacar que cada campo pressupõe práticas de interações que se constroem mediadas por gêneros específicos. Sendo assim, podemos entender que há uma grande variedade de gêneros na sociedade, distintos entre si, criados pelos diferentes tipos de intercâmbio comunicativo social, como, por exemplo, na esfera familiar, na esfera do trabalho, na esfera literária, na esfera política, na esfera educacional e na esfera jurídica. Desse modo, pode-se

---

<sup>3</sup> Cabe destacar que não objetivamos neste momento discutir fenômenos como a hibridização, bivocalidade, intertextualidade etc., haja vista nos interessar neste momento apenas a regularidade entre a constituição dos gêneros discursivos e os eventos sociais.

afirmar que são as esferas de uso da linguagem que organizam e agrupam os gêneros que são específicos de cada uma.

Em consonância com essas afirmações, Rodrigues (2005, p. 164) aponta para a interdependência entre as esferas sociais e os enunciados que constituem os gêneros discursivos:

[...] correlacionam os gêneros às esferas da atividade e comunicação humanas, mais especificamente às situações de interação dentro de determinada esfera social (esfera cotidiana, científica, escolar, religiosa, jornalística, etc.). É somente nessas esferas que se pode apreender a constituição e o funcionamento dos gêneros. O que constitui um gênero é sua ligação com uma situação social de interação e não suas propriedades formais ou seu nome.

Essa perspectiva acerca dos gêneros discursivos equivale a:

[...] compreender os gêneros a partir de fundamentos nucleares, como a concepção sócio-histórica e ideológica da linguagem, o caráter sócio-histórico, ideológico e semiótico da consciência e a realidade dialógica da linguagem e da consciência; e, portanto, não dissociá-la de suas noções de interação verbal, comunicação discursiva, língua, discurso, texto, enunciado e atividade humana, visto que é somente nessas relações que se pode apreender, sem reduzir, a concepção de gêneros (RODRIGUES, 2005, p. 154).

Assim, na esteira conceitual de que cada esfera social cria os seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os gêneros se constituem como produtos das atividades discursivas estabelecidas pela interação social em um determinado contexto, tudo a partir de escolhas discursivas não aleatórias, mas decorrentes das condições de produção e disponibilizados na cultura.

Isso significa que, para se compreender e apreender um gênero discursivo, deve-se partir, *a priori*, do estudo das atuações sociais e do processo de comunicação humana. Dentre essas atuações, há algumas formas que possuem relativa estabilidade enunciativa, as quais podem ser configuradas como gêneros do discurso, característicos de uma determinada esfera social por possuírem certa normatividade e formas mais ou menos estáveis.

Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas. Aprender a falar é aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas). Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que organizam as formas gramaticais (sintáticas) (BAKHTIN, 2003, p. 283).

Nessa esteira, Bakhtin (2003, p. 265) problematiza e ressignifica a presença do sujeito, pois, por meio de um gênero do discurso, emergem as marcas do sujeito, que só se torna perceptível pela linguagem do enunciado. Inserido numa esfera social, o sujeito falante escolhe um gênero discursivo a ser utilizado. Nesse contexto, depois de determinado o gênero, por consequência, o estilo do indivíduo será por ele moldado, acarretando uma maior ou menor manifestação da individualidade. Isso significa que, a partir do gênero, é possível determinar marcas das manifestações individuais constituídas na interação social. Logo, além de podermos caracterizar o sujeito bakhtiniano como um sujeito intercultural, ou seja, impregnado de diversos universos culturais, é possível considerar também os enunciados dos sujeitos e suas reações comunicativas perante o mundo objetivo: sua fala não é apenas sua, está impregnada pela fala do outro.

Dessa forma é que se constitui o sujeito na e pela linguagem, e a sua cultura é representada pelos elementos constituintes de sua atuação social via gêneros do discurso e, portanto, pela relação intercultural. Essa perspectiva faz do sujeito um representante/integrante de várias culturas, consequência esta de ser um sujeito próprio do diálogo ou responsivo como já citamos em outras ocasiões.

Nesse sentido, há de se refletir que os gêneros do discurso são organizadores da nossa vida social e, portanto, das nossas atividades na comunidade. Segundo Marcuschi (2006, p. 25), “todas as nossas manifestações verbais mediante a língua se dão como textos e não como elementos linguísticos isolados. Esses textos são enunciados no plano das ações sociais situadas e históricas”.

Assim, no que concerne a essa organização da nossa vida social, é crucial considerarmos nas discussões acerca dos gêneros do discurso a natureza do enunciado e a variedade de esferas da atividade comunicacional. Nesse aspecto, a escolha do gênero dá-se mediante um propósito comunicativo de um sujeito que pertence a uma determinada esfera e que faz essa escolha considerando suas especificidades. Logo, a opção por um ou outro gênero sempre leva em consideração o contexto da enunciação e, neste, estabelecem-se objetivos comunicacionais específicos e, principalmente, relações de poder.

Nessa perspectiva, há que se destacar que tanto o discurso quanto os gêneros são estabelecidos nas estruturas sociais e enquanto o discurso deriva das instituições sociais, o gênero, por sua vez, deriva de um determinado contexto ou situação de interação social.

#### 1.2.6 Polifonia: a(s) voz(es) do eu e do(s) outro(s)

Um dos conceitos mais caros à teoria de Bakhtin e a toda teoria linguístico-discursiva tem sua gênese próxima das perspectivas prático-teóricas da musicologia. Trata-se dos conceitos de monofonia e polifonia, que grosso modo se constituem como sendo, de um lado, o percurso no qual uma única voz ou nota soada a cada vez vai construindo uma melodia/música e, de outro, o percurso em que várias vozes ou notas soadas ao mesmo tempo, combinadas de maneira sonante ou dissonante, vão construindo uma determinada melodia. Ambas as expectativas musicais possuem em comum a característica de que sempre há uma nota principal que se destaca e rege as outras.

Tal metáfora emprestada às perspectivas de Bakhtin e de outros autores é de extrema importância para a compreensão das perspectivas acerca do diálogo e, portanto, também cara à nossa pesquisa.

Conforme Brait (2007, p. 191-192), a proposta de Bakhtin acerca da categoria polifônica dos discursos se dá, inicialmente, a partir de seu estudo da prosa romanesca para, mais tarde, a partir da obra de Dostoiévski, determinar de maneira empírica tal conceito.

Em sua análise sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin assevera:

A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, mas tampouco serve de intérprete da voz do autor. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis (BAKHTIN, 1981, p. 03).

Dessa forma, para Bakhtin os textos polifônicos se caracterizam pela falta de acabamento e de solução do herói. A posição do autor em relação ao herói é dialógica, proporcionando, do início ao fim, autonomia e liberdade interna. O texto, não sendo fechado, permitirá ao leitor maior produção de sentidos, ou seja, a polifonia.

Vale ressaltar que o termo “voz” para Bakhtin refere-se à consciência do falante que se faz presente nos enunciados. Essa consciência vive em uma arena, ou seja, não existe em território neutro, afinal sempre reflete concepções e percepções acerca do mundo.

Para Bakhtin, o elemento definidor da polifonia é “a unificação das matérias mais heterogêneas e mais incompatíveis” e a existência de “centros-consciências não reduzidos a um denominador ideológico” (BAKHTIN, 1981, p. 12). Ou seja, a polifonia é o elemento que harmoniza a diversidade de vozes independentes produzindo diferentes efeitos de sentidos e repercutindo múltiplas ideologias.

Ainda, segundo o autor, a análise das personagens de Dostoiévski permite a identificação de diferentes visões e posições acerca da sociedade.

A personagem interessa a Dostoiévski enquanto ponto de vista específico sobre o mundo e sobre si mesma, enquanto posição reacional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante. Para Dostoiévski não importa o que sua personagem é no mundo, mas, acima de tudo, o que o mundo é para a personagem e o que ela é para si mesma (BAKHTIN, 1981, p. 46).

Apesar de ambos os conceitos se constituírem como expectativas da interação verbal, Brait (2007) aponta que a polifonia não deve ser confundida com o dialogismo, pois, enquanto este é o princípio dialógico fundante da linguagem, aquela se constitui como a polemização das vozes no discurso. Há gêneros que são dialógicos, mas monofônicos, como é o caso de um artigo de opinião em que, apesar de coexistirem vozes veladas, sempre há uma voz dominante, constituindo o que Bakhtin denomina de monologismo. No entanto, há textos que são dialógicos e polifônicos ao mesmo tempo, como é caso do romance e de muitos outros gêneros, em que várias vozes entram em embate e manifestam diferentes olhares sobre o mundo.

Segundo Bakhtin, no monologismo o autor concentra em si mesmo todo o processo de criação, é o único centro irradiador da consciência, das vozes, imagens e pontos de vista do romance: “coisifica” tudo, tudo é objeto mudo desse centro irradiador. O modelo monológico não admite a existência da consciência responsiva e isônoma do outro; para ele não existe o “eu” isônomo do outro, o “tu”. O outro nunca é outra consciência, é mero objeto da consciência de um “eu” que tudo enforma e comanda. O monólogo é algo concluído e surdo à resposta do outro, não reconhece nela força decisória. Descarta o outro como entidade viva, falante e veiculadora das múltiplas facetas da realidade social e, assim procedendo, coisifica em certa medida toda a realidade e cria um modelo monológico de um universo mudo, inerte. Pretende ser a *última palavra* (BRAIT, 2007, p. 192 – grifos da autora).

De outro lado:

O que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem o outro “eu para si” infinito e inacabável. Trata-se de uma “mudança radical da posição do autor em relação às pessoas representadas, que de pessoas coisificadas se transformam em individualidades. A polifonia se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes de

consciências independentes e imiscíveis, vozes pleinivalentes e consciências equipolentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo. Essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos (BRAIT, 2007, p. 194-195 – grifos da autora).

Para Bakhtin a polifonia é parte essencial de toda enunciação, já que em um mesmo texto ocorrem diferentes vozes que se expressam e que todo discurso é formado por diversos discursos. Assim, uma das características do conceito de dialogismo de Bakhtin é conceber a unidade do mundo como polifônica, na qual a recuperação do coletivo se faz via linguagem, sendo a presença do outro constante. A linguagem, na concepção bakhtiniana, é uma realidade intersubjetiva e essencialmente dialógica, em que o indivíduo é sempre atravessado pela coletividade.

Segundo Rodrigues (2001, p. 144-145), outros vários autores discutem a questão da polifonia no discurso, no entanto o que faz diferir o conceito de Bakhtin da maioria das outras perspectivas é que ele incorpora a noção de autoria.

Para a autora, no que diz respeito à autoria do gênero, na concepção de Bakhtin, “esta não se refere à pessoa física (empírica), mas a uma posição de autoria inscrita no próprio gênero. Ou, de acordo com Bakhtin, refere-se a uma postura de autor, com sua responsabilidade discursiva. A forma da autoria no enunciado singular, na concepção de Bakhtin, investe a concepção da autoria do gênero do enunciado”.

A título de exemplo da singular abordagem bakhtiniana, a autora remete a Ducrot que, “assumindo a posição de que o semanticista não se preocupa com a questão da autoria, mas, com o sentido do enunciado (o que disse o enunciado), desenvolve a sua teoria da polifonia em torno da noção de locutores e enunciadore” (RODRIGUES, 2001, p. 186).

Ainda, segundo Rodrigues (2001, p. 186-187), há um distanciamento dessa teoria com as perspectivas bakhtinianas, afinal essa expectativa teórica aponta para a noção de enunciado como um “fragmento do discurso”, o que não equivale ao *todo de sentido* que propõe Bakhtin em sua teoria.

Dessa forma, é importante destacar que a perspectiva de Bakhtin acerca da polifonia não está centrada especificamente na ordem do significado literal da metáfora em questão (várias vozes soando ao mesmo tempo), mas no conceito de autoria e sua relação no processo de multiplicidade de vozes que se confrontam e se realizam discursivamente.

No entanto, segundo Faraco (2008, p. 49), a polifonia bakhtiniana não recebeu um acabamento conceitual e sequer se propôs a estabelecer uma metodologia de análise das estratégias de polifonia utilizadas nos textos (sequer era esse o seu objetivo), de modo que “o termo vale hoje mais pela sedução derivada de livres associações do que como categoria coerente de um certo arcabouço teórico”. Dessa forma, é papel dos pesquisadores dos fenômenos discursivos examinar as estratégias, os procedimentos e os recursos que estabelecem a um enunciado ou discurso ser monofônico ou polifônico, afinal essa constituição de múltiplas vozes tem a função de marcar os diferentes pontos de vistas acerca de um determinado tema.

Para Barros (2003, p. 6), em suma, nos textos polifônicos, “as vozes se mostram, enquanto nos textos monofônicos, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz”. Assim, o termo polifônico é empregado para caracterizar certo tipo de texto, aquele “em que se deixam entrever muitas vozes”, por oposição aos textos monofônicos, que “escondem os diálogos que os constituem”. Em outras palavras, os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado, e uma voz, apenas faz-se ouvir.

Ainda, segundo a autora, para se buscar um apontamento mais claro acerca dos aspectos limítrofes entre os conceitos de dialogismo e polifonia, pode-se inferir que, enquanto aquele é resultante de um embate de vozes, esta se constitui como uma estratégia discursiva e a menção dessas vozes em um texto/discurso. Assim, todo texto/discurso é, por essência, dialógico, mas nem todo texto/discurso é marcadamente polifônico.

Assim, vale destacar o que o próprio Bakhtin assevera acerca da possibilidade de se analisar a dialogicidade e a multiplicidade de vozes que constituem o discurso:

Dostoiévski tinha o dom genial de auscultar o diálogo de sua época, ou, em termos mais precisos, auscultar a sua época. E como um grande diálogo [...] ele auscultava também as vozes dominantes, reconhecidas e estridentes da época, ou seja, as ideias dominantes, reconhecidas e estridentes da época [...] bem como vozes ainda fracas, ideias ainda não inteiramente manifestas, ideias latentes ainda não auscultadas por ninguém exceto por ele e ideias que apenas começavam a amadurecer, embriões de futuras concepções do mundo (BAKHTIN, 1981, p. 88-89).

Apesar de a própria perspectiva bakhtiniana estabelecer o termo polifonia sob a forma de uma analogia ou de uma metáfora, dado o fato de que este foi tomado como um empréstimo conceitual da musicologia, sentimo-nos à vontade para estender a sua noção a outros fenômenos musicais que podem ser incorporados a este conceito. A título de exemplo, consideramos extremamente profícua a incorporação do fenômeno musical da **dissonância** à proposta conceitual bakhtiniana acerca da polifonia. Afinal, dada a polêmica em que se estabelecem as práticas discursivas, as vozes podem ecoar no discurso de uma maneira melodicamente não harmoniosa e causar a estranheza intencional com que se constituem. A ironia e a própria crítica podem ser exemplos desse tipo de subcategoria polifônica. No entanto, esse conceito pode ser ampliado a um plano ainda maior se considerarmos não apenas o texto ou o discurso, mas o processo de interação em que eles se constituem, pois nele podem ocorrer relações parciais de concordância que, ao mesmo tempo, vozes concordam e discordam simultaneamente.

## CONSIDERACOES FINAIS

Por fim, vale destacar a importância do diálogo entre os vários conceitos discutidos neste capítulo para a análise das relações dialógicas a que nos propomos abordar: dialogismo, alteridade, identidade, gêneros do discurso e polifonia. Nesse sentido, tornou-se possível determinar que conceitos como

dialogismo e identidade (macrocategorias) dialogam teoricamente com fenômenos como os gêneros, alteridade e polifonia sendo, portanto, aspectos não excludentes de uma perspectiva que tem o discurso e os sujeitos constituídos em situações concretas de interação como elementos fundantes da realidade social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

AUTHIER-REVUZ, J. **Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours**. *DRLAV 26*, Paris: Centre de recherche de l'université de Paris VIII, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Freudismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Discurso no Romance**. Questões de literatura e estética. São Paulo: Editora UNESP/Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

\_\_\_\_\_. **The dialogic imagination: four essays by M.M. Bakhtin**. Tradução Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

BERNARDES, Walkyria Wetter. **Pós-Modernidade e Perfil Identitário Feminino**. Editora: Josenia Antunes *et al.* Vieira. Brasília: www.cepadic.com, 2009.

BERNSTEIN, B. **A Estruturação do Discurso Pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo; Editora Àtica, 1983.

BRAIT, Beth. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin: outros conceitos-chaves**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise**. *Gragoatá* – Publicação do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 20, p. 47-62, 1º sem. 2006.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. Escrita, Leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 nov. 1995.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996**.

\_\_\_\_\_. **Decreto 2.026, de 10 de outubro de 1996**. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Publicado no DOU em 11/10/96

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.306. de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no artigo 10 da Medida Provisória 1477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos artigos 16, 19, 20, 45, 46 e parágrafo 1, 52, parágrafo único, 54, e 88 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, 20 ago. 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CASTEL, R. **Metamorfose da questão social**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

CASTILHO, Mara Lúcia. **O discurso de estudantes de licenciatura e a negociação de identidades: uma abordagem crítico-discursiva**. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de

Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2013.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. Coleção: Primeiros Passos. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORACINI, M. J. Língua estrangeira e língua materna: uma questão de sujeito e de identidade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

DAHLET, Véronique. **As obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

DIAS, Ângela A. Correia; MOURA, Karina da Silva. As Teias Sociais e Culturais do Conhecimento sob a Ótica Bakhtiniana. In. **III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação /UFBA, Salvador-BA, 2007.

ELICHIRIGOITY, Maria Terezinha Py. A Formação do Sentido e da Identidade na Visão Bakhtiniana. In. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, p. 181-206. Ed. UFF: Pelotas-RS, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica constitutiva. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.

\_\_\_\_\_ *et al.* **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e diálogo, as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Ed. Criar, 2003.

\_\_\_\_\_. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FAZENDA, Ivani, Catarina Arantes. (Org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

FONESCA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social**. In: **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, maio/ago.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, M. T. A. Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In: Brait, B. (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. São Paulo: Unicamp, 1997.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em : 20 jul. 2013.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRIGOLETTO, Marisa; CORACINI, Maria José (org). **Práticas identitárias: língua e discursos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLQUIST, M. **Dialogism: Bakhtin and his World**. London: Routledge, 1990.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MCLAREN, Peter. Traumas do capital: pedagogia, política e práxis no mercado global. In: SILVA, L. H. da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexão e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, M. Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MELLO, G.N. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma revisão radical**. 1999.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas/SP: Mercado Aberto, 2002.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Cautelas para formalização de parecer jurídico**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 53, 31/05/2008 [Internet]. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2636](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2636)>. Acesso em: 06 set. 2011.

MORAES, Ana Beatryce Tedesco. **Identidade e trabalho: um relato sobre as produções científicas brasileiras**. ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social. In: **Anais XVENABRAPSO**, 2008. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/365.%20identidade%20e%20trabalho.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/365.%20identidade%20e%20trabalho.pdf)>. Acesso em: 1º jan. 2013.

NETO, Manoel Rodrigues Pereira. **Bakhtin e a Pós-Modernidade: abertura das noções de dialogismo e polifonia para o pensamento pós-moderno**. In: **Revista Linguagem**. 11ª Ed. (novembro de 2009). Disponível em: <[http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao11/ed\\_anteriores.php](http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao11/ed_anteriores.php)>. Acesso em: 12 jan. 2013.

OGLIARI, Cassiano Roberto Nascimento. **Formação de professores pós 1964: roupagens que se anunciam**. In: **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica de Curitiba. Novembro de 2011. Disponível em: <<http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/47872543.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. **Alteridade e construção de identidades pedagógicas: (re)visitando teorias dialógicas**. In: MAGALHÃES, Izabel; MAGALHÃES, Célia Maria (org). Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG. Resenha. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01024450200500020007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01024450200500020007)>. Acesso em: 10 jun. 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis, 1996.

PIMENTA, Selma. G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PIRES, Vera Lúcia . **Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin.** Organon, UFRGS - Porto Alegre, v. 16, n. 32/33, p. 35-48, 2003.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo.** 2001. 347 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem do Círculo de Bakhtin.** In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTOS, L. L. C. P. **Formação de professores e saberes docentes.** In: SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. (Org.). **Reflexões sobre a formação de professores.** Campinas: Papyrus, 2002, p. 89-102. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 5. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999.

\_\_\_\_\_. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: autores associados, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia.** São Paulo, EPU, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. A produção social da identidade e da diferença. In: HALL, S. WOODWARD, K. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Daniel do Nascimento e. Bakhtin, a identidade e a (est)ética: por um diálogo com as teorias da pós-modernidade. In. **Intercâmbio - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.** Vol. 14. LIAAC – PUC/SP: São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/search/authors/view?firstName=>

Daniel&middleName=do%20Nascimento%20e&lastName=Silva&affiliation=&country=>. Acesso: 06 dez. 2011.

SILVA, Mônica Ribeiro da; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura. Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o “novo projeto de formação” e os resultados das avaliações nacionais. In. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 523-550, jul./dez. 2008.

SOUSA, Ana Paula Ribeiro de. As metamorfoses no discurso educacional em face às influências do ideário neoliberal. In: **Mundialização e Estados Nacionais**: a questão da emancipação e da soberania. II Jornada Internacional de Políticas Pública. São Luis – MA: UFMA – Universidade Federal do Maranhão, 2005.

TODOROV, T. A origem dos gêneros. In: TODOROV, T. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VIEIRA, Josenia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. In: MAGALHÃES, Isabel; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). **DELTA**. São Paulo, v. 21, Especial, 2004.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Trad. Augustin Wernet. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992 – parte 1 e 2.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: **Revista Linguagem em (Dis)curso**, volume 4, número especial. Tubarão-SC: Editora da Unisul, 2004.

XAVIER, Caroline. **As políticas de formação de professor nos anos 90**: o curso de Pedagogia. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas / Caroline Xavier. - Campinas, SP: [s.n.], 2009.